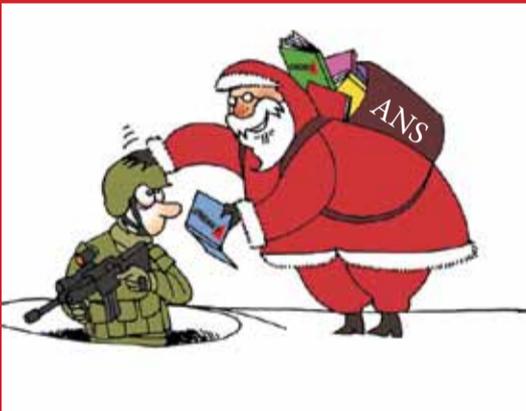


# SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: A. Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXVI • Outubro / Novembro e Dezembro 2017 • Nº 98

*A Direção da ANS  
e de O Sargento  
desejam à Família  
Militar  
Festas Felizes  
e um  
Bom Ano*



*Boas Festas*

**“O RAMMFA  
-Combate que se avizinha”**

**Páginas 10 e 11**

**“vitória histórica - AR  
vota alterações ao EMFAR”**

**Páginas centrais**

**“O 31 de Janeiro  
- Dia Nacional do Sargento”**

**Página 16**

## VITÓRIA NO EMFAR!



**Ontem, Hoje e Amanhã,  
Vale Sempre a Pena Lutar!**

## EDITORIAL

# LUTAR, VALE A PENA SEMPRE!

Na sessão plenária, realizada no passado dia 21 de Dezembro, a Assembleia da República aprovou um conjunto de medidas de alteração ao EMFAR, com os votos favoráveis de todos os grupos parlamentares e a abstenção do deputado do PAN.

As alterações aprovadas traduzem uma importante vitória dos Sargentos de Portugal, não só porque melhoram o EMFAR, como correspondem a alterações pelas quais a ANS, desde a primeira hora, se bateu com determinação e empenho. Mesmo nos momentos em que parecia nada haver a fazer perante a insensibilidade de alguns e a má vontade de outros.

Foi, sem sombra de dúvidas, uma grande vitória assente no acreditar nas razões pelas quais nos movíamos, no saber encontrar novos caminhos quando nos cortavam a estrada que percorríamos, na persistente caminhada, quando muitos, por cansaço, deixavam de acreditar. A ANS insistia com a força dos seus argumentos, junto da tutela política, das chefias militares e dos grupos parlamentares, nunca dando por encerrado o assunto do EMFAR, procurando aliados que possibilitassem os nossos desígnios.

Em 2015, após a publicação do Decreto-Lei nº 90/2015, tentámos que o documento fosse chamado à ratificação pela Assembleia da República. Não o conseguimos por não haver maioria parlamentar que sustentasse a nossa pretensão, mas continuámos por outro caminho, conseguindo que o grupo parlamentar do PCP apresentasse um conjunto de propostas de alterações que vieram a baixar à Comissão de Defesa Nacional sem votação.

Nesta comissão foi criado um grupo de trabalho para estudar o assunto, que culminou na proposta agora votada. Cremos que se poderia ter aproveitado a ocasião para se ter ido um pouco mais além, mas o resultado é bastante positivo, já que as melhorias são importantes: o fim do Furriel como posto de entrada na categoria de Sargento; a regulamentação da parentalidade; a mudança do anacrónico dever de isenção política por isenção partidária; o reconhecimento estatutário do direito ao associativismo socioprofissional, entre outras alterações, não podem deixar de o salientarmos, com satisfação e orgulho reforçados.

Se salientamos o nosso determinante contributo para o êxito alcançado, é de inteira justiça não esquecer o trabalho de condução do processo levado a cabo pelo grupo de trabalho da Comissão de Defesa. Não nos restam dúvidas que chegar-se a este resultado, com tão abrangente consenso, foi fruto

de muito diálogo, capacidade de gerir divergências e más vontades – elas existiam – procura incessante do que poderia unir recusando o que pudesse almentar a divisão e o obstaculizar das soluções. Foi, sem dúvida, um trabalho brilhante, que prestigia quem nele participou, mas fundamentalmente, prestigia a Assembleia da República.

O resultado agora alcançado, não pode nem deve levar-nos ao exagero de pensar que tudo ficou resolvido, que podemos descansar à sombra da vitória alcançada! Há ainda vários aspectos a melhorar, nomeadamente no que ao desenvolvimento das carreiras diz respeito. Todo este processo demonstra-nos que quando acreditamos nas razões que nos assistem, se nos unirmos em torno da nossa associação socioprofissional, é possível alcançar os nossos objectivos, melhorar o que é possível melhorar, fazer-se justiça, dignificar a condição militar.

No ano em que agora entramos, outras lutas teremos de travar, tão ou mais duras que aquela que acabámos de vencer. Falamos, por exemplo, do RAMMFA – Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas – e do descongelamento dos escalões remuneratórios. Ambos os processos dando seguimento ao combate iniciado em 2016 e 2017. Mais uma vez iremos contar com incompreensões e más vontades por parte de quem tem o poder de os resolver, mas mais uma vez, a razão está do nosso lado. Basta, portanto, acreditar, lutar com determinação por soluções equilibradas e justas, não desistir – nunca!

O RAMMFA é um documento que entra em vigor em 1 de Janeiro de 2018, eivado de normas injustas, carregado de subjectividade, propiciador de desigualdades que distorcem o que se propõe harmonizar. Recentemente exigimos ao governo a suspensão da sua eficácia, de modo a que, com o contributo dos interessados, possa ser corrigido. É um bom

caminho, provavelmente o mais sensato e, se dúvidas houvesse, aí estão as dúvidas levantadas pelos Chefes de Estado-Maior em vésperas da entrada em vigor do diploma. É sempre mais fácil evitar os erros do que corrigi-los depois. Alguém fica sempre a perder!

Na Lei do Orçamento de Estado para 2018 foi aprovado o descongelamento de escalões para todos os funcionários públicos, congelados há cerca de uma década. No entendimento do governo, “descongelar” é começar a contar de novo o tempo, como se estes quase dez anos não tivessem existido. Só que existiram de facto! E no caso concreto dos militares, durante esse tempo, as missões continuaram a cumprir-se, os navios a navegar, as viaturas a rodar, os aviões a voar. Esse tempo pertence-nos já que não congelámos nenhum dos nossos deveres e obrigações. Continuámos a cumpri-los com excelência. A teoria dos relógios não andarem para trás, não colhe, não é razoável, não pode ser aceite. Mesmo antes do homem ter inventado o relógio já se contava o tempo, porque enquanto a Terra girar em torno do Sol, o tempo não pára. Sabemos que não haverá soluções fáceis para este problema, mas sabemos também que, se houver vontade de corrigir com justiça, com a participação de todos, as soluções serão encontradas e nós queremos ser parte das soluções, nunca dos problemas.

Com energias redobradas iremos entrar no novo ano disponíveis e empenhados na defesa dos direitos dos Sargentos de Portugal. As comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento” que se avizinha, são um bom mote para demonstrarmos o nosso empenhamento e determinação, que acreditamos ser possível alcançar os nossos objectivos, convictos que quem luta pode não ganhar, mas quem não luta, já perdeu!

**Lutar, vale a pena – sempre!▲**

## A V I S O

### Caros Associados

*Por dificuldades administrativas não foi possível efectuar a totalidade da cobrança das quotas relativas ao Segundo Semestre de 2017.*

*Por esse motivo vimos por este meio informar os associados a quem ainda não foi cobrado este Segundo Semestre de 2017, que iremos proceder à sua cobrança no final do mês de Fevereiro de 2018.*

*Apelando à vossa compreensão, apresentamos as nossas desculpas.*

O Tesoureiro

António José Videira Taveira

# ANS visita Unidades do Exército

**P**rosseguindo a acção iniciada no Verão de 2016, a ANS continua o plano de visitas e reuniões com Sargentos de diversas unidades militares.

Depois de, já este ano, as previstas visitas a unidades do Exército terem sido adiadas devido aos vários acontecimentos que envolveram este ramo das Forças Armadas e que são sobejamente conhecidos, foi finalmente possível, já na parte final deste ano, visitar algumas unidades do Exército.

Assim, a 31 de Outubro, no Regimento de Transportes, em Lisboa, recebidos pelos SMOR Carmona, a 13 de Novembro, na Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha, recebidos pelo SCH Armando Rodrigues e a 15 de Novembro, na Escola das Armas, em Mafra, recebidos pelo SMOR Manecas Miranda, as delegações de dirigentes da ANS, apresentaram cumprimentos protocolares aos respectivos Comandantes, e almoçaram e reuniram com os Sargentos.

Conforme expresso no ofício dirigido aos chefes dos Ramos, estas visitas e reuniões destinam-se a dar a conhecer a existência e o trabalho da ANS e, ao mesmo tempo, ouvir as questões colocadas pelos militares Sargentos, afinal dando

lugar ao que está previsto na lei que reconhece o direito ao associativismo dos militares, aspecto que assume particular relevância agora que o associativismo socioprofissional dos militares passará a estar também plasmado no próprio estatuto profissional dos militares, o EMFAR.

As questões relativas ao EMFAR, ao Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas e a situação da passagem à situação de Reserva e Reforma foram praticamente tema comum em todas as visitas, o que diz bem da sua pertinência e preocupação. Contudo, outras questões relativas ao dia-a-dia nas respectivas unidades também foram sendo colocadas, como por exemplo, a escassez de meios humanos em áreas muito sensíveis ao normal funcionamento das Unidades Militares.

Merece particular destaque a visita realizada à ESE, não só por ser a “Casa dos Sargentos do Exército”, mas também pela forma como a mesma decorreu. Após os cumprimentos protocolares ao Comandante, foi apresentado um “briefing” acerca da missão, actividades, efectivos e objectivos da ESE. Foi possível abordar questões inerentes ao “nível 5”, à velha pretensão da ANS da criação da Escola Nacional de Sargentos das Forças



**Delegação da ANS recebida pelo Comandante da ESE e pelo Sargento mais antigo**

Armadas, entre outras de grande interesse e pertinência para os Sargentos. Depois de uma visita às instalações da Escola, a delegação de dirigentes da ANS foi convidada a almoçar com o comandante, corpo de comando e Sargento mais antigo. A reunião com os Sargentos, objectivo principal, decorreu após o almoço e foi também muito participada,

com intervenções e questões de grande preocupação, também nos aspectos do plano social e assistencial.

A normalização deste tipo de reuniões e visitas é salutar pois contribui para se desmistificarem muitos “fantasmas” existentes relativamente ao associativismo militar, sua prática e benefícios no âmbito da finalidade estatutária. ▲

**Nota da Direcção:** Com o devido agradecimento ao autor, Carlos Pio, Sargento-Mor de Engenharia, transcrevemos o seu artigo publicado na revista “Almourol” - 5ª Edição, de Julho de 2017.



## **RGSUE – Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército – 1.ª Parte**

### **Artº 11º - Do adjunto do comandante do regimento**

1. O sargento-mor é um elemento do comando do regimento ou do batalhão independente e desempenha as funções de adjunto do comandante para os assuntos relacionados com a vida interna da unidade, nomeadamente no que respeita à administração do pessoal, à formação dos sargentos e aos aspectos administrativos e logísticos; pode exercer funções de instrutor.
2. Além dos deveres previstos neste e noutros regulamentos, compete-lhe: (...)

## **Uma Função... Uma Missão!**

Em setembro de 2016 saiu o novo Quadro Orgânico (QO nº 07.02.02) do Regimento de Engenharia N.º 1 (RE1), por despacho de S.Exª o General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME).

Relativamente ao anterior, o novo QO estipula, entre outras alterações, que ao Sargento-Mor (SMor) do RE1 competem exclusivamente as funções de Adjunto do Comandante do Regimento.

No que respeita ao regulamento (RGSUE), o SMor é um elemento do comando do regimento e representa todos os sargentos e praças junto do Comandante, contudo é igualmente sobre ele que recai a tarefa de articulação entre os vários patamares e categorias da hierarquia militar que lhe são próximos.

Aproveitando o convite que me foi dirigido para expor neste artigo, para a publicação *Almourol*, algumas considerações sobre as vivências militares, permitirme-ão que aborde alguns conceitos inerentes ao “dia-a-dia de um Sargento-Mor”.

Escusado será lembrar quem é o SMor de uma unidade. Caso contrário provaria a invisibilidade da sua acção profissional! Não será, porém, o caso e todos sabem aquilo que é expectável do seu desempenho.

Não basta ir à formatura da manhã ou fazer o ren-

der da parada, todos os dias. Do início ao fim do dia, o SMor deve estar atento, saber ouvir, dialogar, recolher e partilhar informação de forma discreta e com reserva e respeito pela confidencialidade indissociável do seu exercício e missão. Assim sendo, não lhe bastará transmitir e fazer cumprir, competir-lhe-á fazer chegar a todos os que consigo articulam e, de forma simples e facilmente perceptível, conseguir que as metas e objectivos inerentes a cada missão sejam alcançados.

Como é natural compreender, um ser humano que reside toda a semana longe do seu lar acaba por transformar o lugar onde permanece nas longas horas dos seus dias num lugar caseiro de substituição. Um SMor é um ser humano como outros, e nessas horas de lazer também saberá partilhar, com os seus pares, momentos de convívio, que para além de o deixarem equilibrado consigo próprio, também lhe permitirão fortalecer salutar laços de camaradagem.

Moral e bem-estar: para os sargentos, o SMor não precisa de ser um “amigo” de cada um, mas terá que ser positivo para todos, em todos os momentos. O SMor faz parte do universo de todos os sargentos, quer esteja frio, quer esteja calor, quer chova ou faça sol ... ou mesmo quando as expectativas sejam nulas, os sar-

gentos estarão sempre aguardando a sua reacção. Para o serviço e para o desempenho a sua missão permanece: manter os sargentos unidos, (como parte integrante da sua condição).

Atitude e comportamento: de nada serve ser temido. Simplesmente porque não produz efeito. Se um líder necessitar gritar ou criar temor para ser atendido algo vai mal! O objetivo da relação a estabelecer é de respeito mútuo, mantendo o rumo na necessária relação hierárquica que, quando conduzida com equilíbrio, se impõe por si só.

Eficiência e eficácia: obtêm-se através de uma relação de respeito e equilíbrio, possibilitando sempre os laços de camaradagem que unirão mulheres e homens nos seus desempenhos.

O SMor é por vezes o militar mais velho do regimento, mas nem tudo fica melhor com a idade! Também ele deve manter-se atualizado e atento a novos modos e novos saberes. O SMor não é “portal de informação” como num sistema informático ... é apenas um soldado entre pares.

Carlos Pio  
SMor Eng ▲

## OS 700 ANOS DA CRIAÇÃO FORMAL DA MARINHA!

Inserida nas Comemorações dos 700 anos da criação formal da Marinha e respondendo a um pedido dirigido pelo Almirante CEMA aos Clubes de militares da Marinha, o CSA promoveu no passado dia 26 de Novembro, com o apoio e participação de Luís Palma, presidente da União de Freguesias do Laranjeiro/Feijó, uma magnífica sessão no espaço Cívico do Feijó.

Estiveram patentes ao público várias exposições, nomeadamente, de desenhos alusivos aos 700 anos da Marinha feitos pelas crianças das Escolas Básicas existentes nesta União de Freguesias, de quadros pintados pelo Grupo Sempre a Aprender, de Heráldica e até de alguns carros antigos da Marinha. Foi possível apreciar igualmente mesas com diferentes actividades, como por exemplo, da Arte de Marinheiro, do jogo oriental Mahjong (muito enraizado entre marinheiros) e de Modelismo. Entre as diversas actividades disponíveis realçamos a Parede de Escalada, que alguns jovens aproveitaram para trepar com notável desenvoltura e uma demonstração feita pelo grupo cinotécnico dos Fuzileiros.

José Bernardo, da direcção do CSA e que coordenou os trabalhos desta sessão, começou por agradecer a presença de todos os marinheiros e amigos, das delegações da Câmara e Assembleia Municipal

de Almada, das associações de militares ANS (representada por Nélson Bento, Vogal da Direcção), AOFA e AP, dos Clubes de militares da Marinha, CPA e CMN, da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e da SFUAP.

Momento simbólico e carregado de valores no sentido da defesa do futuro foi a chamada das crianças que foram premiadas pelos seus desenhos, para receberem os respectivos prémios.

Seguiu-se um momento cultural com a actuação do Coro Polifónico do CSA, dirigido pelo Maestro Euclides Pio que presenteou a assistência com uma magnífica actuação, retribuindo-lhe esta a sua satisfação com um forte aplauso.

A abrir o período das intervenções, Rui Nogueira, presidente do CSA, referiu a importância da comemoração e da honra que foi para o CSA realizar esta sessão. De seguida, José Maia, membro da Direcção do CSA, fez uma breve síntese daquilo que, do seu ponto de vista, foram os mais relevantes feitos da Marinha ao longo destes 700 anos de História, tendo sido sugerido à direcção do CSA a edição da sua intervenção. A terminar este período, o Almirante CEMA destacou também feitos importantes da Marinha, como por exemplo o Tratado de Tordesilhas, entre outros. Referiu ainda que o que faz os marinheiros é a



sua vida a bordo, pois quer o mar esteja calmo ou revoltoso, todos passam pelos bons e pelos maus momentos, assim como pelos mesmos perigos, dando como o exemplo desses perigos o caso do submarino da Armada argentina.

Antes do tradicional "Porto de Honra", a sessão terminou ao som do Hino Nacional.

Cada vez mais se constata, que os Clubes, pela sua actividade, são instituições, que elevam e promovem, social, cívica e culturalmente, os associados, dando para além disso, um forte contributo para a unidade de todos os marinheiros, ao mesmo tempo que concorrem para ajudar a promover e a projectar a boa imagem que a Marinha Portuguesa ainda continua a ter junto da população.

Entretanto, no passado dia 12 de Dezembro, teve lugar no Terreiro do Paço,

em Lisboa, a cerimónia oficial, promovida pela Marinha, alusiva ao encerramento das comemorações dos 700 anos da sua criação formal, tendo estado a ANS representada pelo seu Presidente da Direcção. Neste evento participaram várias dezenas de meios navais, incluindo navios estrangeiros, e milhares de militares da Marinha.

No passado dia 18 de Dezembro, ainda na sequência do repto lançado pelo CEMA aos clubes de militares do seu ramo, o Clube de Praças da Armada promoveu também uma cerimónia comemorativa dos 700 anos da criação formal da Marinha, que foi acompanhada de uma visita do Almirante CEMA às suas instalações na Cova da Piedade. A ANS fez-se representar por Mário Ramos, Presidente da Direcção.

Manuel Custódio ▲

## Oficiais criaram a sua associação há um quarto de século!

A AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas, assinalou 25 anos de existência. A cerimónia comemorativa deste quarto de século de actividade decorreu nas instalações da Sociedade Musical Recreativa Trafariense, freguesia em que a AOFA tem a sua nova sede, desde o início deste ano. Este acto contou com a presença de inúmeros convidados entre partidos políticos com representação parlamentar, autoridades autárquicas, representantes do MDN e dos quatro chefes militares, associações congéneres das forças de segurança, associações militares - tendo estado a ANS representada pelo presidente da Direcção - clubes militares e outras entidades representativas do mundo associativo civil.

Depois da mensagem do Presidente da Assembleia-Geral e da intervenção do Presidente do Conselho Nacional, António Mota, foram homenageados todos os associados que cumpriram 25 anos de vínculo associativo. Foi também homenageada a Secretária da Direcção, Luísa Almeida, pelo apoio e relevantes serviços.

Momento muito significativo foi proporcionado pela actuação da Orquestra Ligeira do Exército.

A Direcção do jornal "O Sargento" endereça à AOFA e aos seus dirigentes, os votos de maiores sucessos na defesa da Condição Militar em geral e na defesa da sua massa associativa em particular.

De entre as mensagens apresentadas, salientamos e transcrevemos a que foi endereçada pelo Juiz Bernardo Colaço que, pelo seu alcance e memória histórica,



ajuda a ilustrar o que tem sido o percurso da realidade associativa militar.

**"AOFA – 25 anos depois!**

Excelentíssimo Senhor, Tenente-Coronel António Costa Mota

Mui Ilustre Presidente da Direcção Nacional da AOFA.

Agradeço o convite que teve a amabilidade de me dirigir.

Saúdo V. Ex<sup>a</sup> e por v/intermédio todos os associados da AOFA, com particular destaque àqueles com quem, e já lá vão bem mais de 25 anos, andava eu, enquanto representante do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, destacado na pugna pelo associativismo representativo nas Forças Armadas. Tal ocorria numa altura em que o associativismo militar não passava da mera perspectiva de uma organização deontológica à luz do artigo 31º da Lei de Defesa Nacional, alteração

do qual, portanto se impunha, sem dó nem piedade, por recusar a plena cidadania aos nossos militares.

Recordo-me, a propósito de um Praesidium da EUROMIL realizado em Lisboa em 1996 e ter aí afirmado que *"o associativismo militar constitui um factor de coesão nas Forças Armadas. A coesão não se impõe; tem de ser sentida e vivida. Só um profundo sentimento de ligação entre militares e a finalidade do organismo a que pertencem é que pode dar consistência à realização prática da razão de ser do organismo militar. O seu fim último só se alcança quando os seus elementos activos se sentem dentro dele de corpo e alma e não apenas de corpo"*.

Hoje, à distância de 25 anos, é eloquente ver a AOFA, juntamente com as outras associações representativas, como a ANS e a AP, canalizando as preocupações dos profissionais das nossas prestigiadas Forças Armadas no seu legítimo anseio em ver reconhecida a sua dignidade, aspecto esse nem sempre cuidado pelas chefias ou porque não querem, ou porque não podem.

Bem-haja, pois, a AOFA, porque com uma organização deste calibre nada se quebra, nada se torce – **avança-se**. É também o meu anseio.

Lx-18 de Novembro 2017.

**António Bernardo Colaço**  
(juiz- Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça – jubilado)" ▲



Paulo José Ferreira de Vasconcelos, Sargento-Mor de Secretariado e Apoio dos Serviços, nasceu em Lisboa, a 29 de Setembro de 1961, é casado, tem um filho e vive em Almada.

Ingressou na Força Aérea Portuguesa a 10 de Maio de 1982, na Base Aérea N.º 3 (BA3), em Tancos, para o cumprimento do serviço militar obrigatório, tendo jurado a bandeira a 30 de Junho do mesmo ano.

## Novo Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos

Concluiu o curso de preparação complementar e técnica da especialidade de amanuense, em Agosto de 1982, tendo sido o melhor aluno.

Em Fevereiro de 1986 ingressou nos Quadros Permanentes (QP) após conclusão do Curso de Formação de Sargentos realizado no Centro de Instrução N.º 2 da Base Aérea N.º 2 (CI2/BA2), Ota.

Na sequência do ingresso nos QP, foi colocado na Direção do Serviço de Pessoal (DSP), em Alfragide, a desempenhar funções de Chefe do PRDT e da Área responsável pelos ficheiros de moradas e identificação do Sistema de Informação

de Gestão da Aérea do Pessoal (SIGAP).

Em Abril de 1988 foi transferido para a Secção de Vencimentos do Comando Operacional da Força Aérea, em Monsanto, retornando à DSP em Outubro de 1989 para o cargo de Gestor de Tabelas do SIGAP, funções que manteve até Abril de 2016.

Foi promovido a Sargento-Mor a 17 de Dezembro de 2014.

Em Abril de 2016 assumiu funções, em Luanda, de Tesoureiro e Adjunto do Chefe do Núcleo Administrativo-Logístico da Cooperação Técnico Militar em Angola, tendo regressado a Portugal em Maio de 2017.

A 11 de Dezembro de 2017, a convite do General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, assumiu as funções de Assessor do CEMFA para a Categoria de Sargentos.

Da sua folha de serviço constam nove louvores e seis condecorações, das quais se destacam a Medalha de Mérito Militar, a Medalha de Mérito Aeronáutico e a Medalha de Prata de Serviços Distintos.

“O Sargento” deseja que esta nova missão seja cumprida com todo o sucesso, alcançando os objectivos que melhor sirvam os Sargentos, a Força Aérea e o País. ▲

## Há 99 anos, o fim de uma tragédia!

A 11 de Novembro de 1918, pelas 11 horas, foi assinado o Armistício entre as Forças Aliadas e a Alemanha, pondo assim fim à Primeira Guerra Mundial.

Para este conflito tinha sido enviado o Corpo Expedicionário Português (CEP) cujo heroico papel teve o privilégio de apreciar na Assembleia da República, em 2014, por ocasião da Exposição do Centenário da Primeira Grande Guerra organizada pelo Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Na mesma ocasião tivemos o pra-

zer de entrevistar a Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, (ver “O Sargento” n.º 87 em [www.ans.pt](http://www.ans.pt)), responsável pela referida Exposição, que actualmente ocupa o cargo de Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Além desta efeméride também se comemorou neste dia o 96.º aniversário da Liga dos Combatentes e ainda o 43.º Aniversário do Fim da Guerra Colonial.

Em Lisboa, em Belém, junto ao Forte do Bom Sucesso, numa cerimónia presidida pelo Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, o Presidente da Liga dos Comba-

tentes, Tenente-General Chito Rodrigues usou da palavra, evocando as efemérides e, apesar dos algo intempestivos conselhos sobre terrorismo e segurança interna, referiu um aspecto que tem estado presente na luta da ANS desde há muito tempo: a pouca-vergonha do Decreto-Lei n.º 9/2002 que reduziu a uma dimensão de esmola o complemento de reforma devido aos combatentes, e que ainda o tornou alvo de tributação em sede de IRS.

Aliás, Marcelo Rebelo de Sousa reconheceu no seu discurso que a Nação “se tem manifestado avara” em pagar o devido tributo aos combatentes.

Vamos ver se desta vez conseguimos passar além dos discursos de circunstância e efectivamente resolver este e outros problemas que afectam quem deu tanto de si pelo seu País. A dívida de gratidão a quem deu a vida, a saúde e a integridade física assim o exige.

No decurso da cerimónia foram depositadas coroas de flores no Monumento ao Combatente, em homenagem aos mortos, tendo a Associação Nacional de Sargentos tomado o seu lugar, junto das suas congéneres que assim depuseram as suas coroas.



Após a passagem de uma formação de aviões F-16 da Força Aérea, deu-se início ao desfile das Forças em parada, com seis pelotões dos três Ramos das Forças Armadas e a Banda do Exército.

A encerrar, o Presidente da República descerrou uma placa de homenagem aos militares das Forças Nacionais Destacadas (FND) que tomaram no cumprimento do dever.

É sempre uma honra muito grande representar a nossa ANS. Mas, num dia como este, foi verdadeiramente especial poder homenagear tanta e tão boa gente.

Vivam os Combatentes! Viva Portugal!

Paulo Contreiras ▲



## Cerimónia no Dia de Finados

### Cemitério do Alto de S. João em Lisboa

A convite do Núcleo de Lisboa da Liga dos Combatentes, para participar na Cerimónia do Dia de Finados, realizada no passado dia 2 de Novembro, no Cemitério do Alto de São João, a ANS fez-se representar pelo Vice-Presidente da Assembleia Geral, Mário Pereira.

A presidir à cerimónia esteve o Presidente da Liga dos Combatentes. Estiveram, também presentes, os representantes do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Estado-Maior da Armada, do Estado-Maior do Exército, do Estado-Maior da Força Aérea, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, de entidades autárquicas de Lisboa e familiares de ex-combatentes.

Esta cerimónia de homenagem à memória dos Ex-

-Combatentes, decorreu junto à monumental Cripta dos Combatentes, onde foram prestadas as Honras militares por um pelotão constituído por militares dos três Ramos das Forças Armadas.

O Presidente do Núcleo de Lisboa iniciou a cerimónia, proferindo algumas palavras alusivas ao acto, seguindo-se uma oração proferida pelo sacerdote oficiante. Após a oração, foram depositadas as coroas de flores a que se seguiram os toques regulamentares de homenagem aos mortos por um terno de clarins da Armada.

No final da cerimónia, teve lugar uma visita à Cripta dos Combatentes, nomeadamente a Cripta dos Marechais, onde estão inumados os Marechais Gomes da Costa, António Spínola e Francisco Costa Gomes.

Mário Pereira ▲



# Vencimentos – O regresso “à normalidade”!

O brutal aumento de impostos anunciado pelo então Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, aliado aos cortes remuneratórios, colocados em prática pelo anterior governo PSD/CDS, entre 2011 e 2015, provocaram em muitos agregados familiares dos nossos Camaradas um profundo desequilíbrio dos respectivos orçamentos. Estes cortes obrigaram muitos deles a fazerem reduções significativas em áreas tão elementares como as despesas de saúde, na educação dos filhos ou mesmo na alimentação, como única forma de poderem continuar a honrar os compromissos financeiros que, entretanto, tinham assumido.

Para mascarar o referido aumento de impostos e os cortes remuneratórios, o anterior governo instituiu o pagamento dos subsídios de férias e Natal em duodécimos, primeiro para a Administração Pública e depois também para os trabalhadores do privado, para que o valor mensal líquido dos boletins de vencimento não reflectisse a verdadeira



extensão da maldade feita.

Mas esta medida encerrava também uma outra intenção, ao estabelecer o pagamento faseado dos duodécimos. Deixando-se de pagar doze meses de vencimento e dois de subsídios, repartindo-os em duodécimos ao longo do ano, pretendia-se desabituar os cidadãos da prática de recebê-los e, assim, faseadamente, ir reduzindo o seu

pagamento, acabando-se por alterar as leis que reconhecem o direito dos cidadãos aos mesmos. Dava-se assim um contributo definitivo para as metas de redução da despesa pública, mas também para baixar o designado “custo de produção”, que tantos advogam não ser competitivo, desvalorizando-se ainda mais o valor do trabalho dos cidadãos e reduzindo os seus já quase inexistentes

direitos remuneratórios.

Após todo este tempo e depois de tanto “saque”, muitos são os Camaradas que perderam a noção do seu vencimento real, desconhecendo muitos deles qual o seu verdadeiro vencimento líquido mensal.

Em 2018 já não existirão cortes remuneratórios e os subsídios de férias e Natal passam a ser pagos por inteiro nas alturas em que são devidos, regressando-se à “normalidade remuneratória”.

Desconhecendo-se neste momento quais as tabelas de retenção mensal em sede de IRS que irão ser adoptadas para 2018, não é ainda possível fazer qualquer projecção dos valores líquidos a receber a partir de Janeiro de 2018. Fazendo jus à responsabilidade assumida para com a massa associativa (e não só), estes cálculos serão oportunamente feitos e divulgados pelo Departamento de Estudos Sociais e Legislativos (DESL) da ANS, tão breve quanto possível.

Mário Ramos ▲

## MILITARES, POLÍCIAS E O DESCONGELAMENTO!

Militares e Polícias, reunidos na sede da ASPP/PSP, em Lisboa, no passado dia 6 de Dezembro, tomaram a decisão de pedir uma reunião urgente ao Primeiro-ministro com a finalidade de exigir o descongelamento das carreiras em 2018 e a contagem do tempo em que estiveram congelados, entre 2011 e 2017.

A Associação Nacional de Sargentos (ANS), a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a Associação de Praças (AP), a Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR) e a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), exigem o mesmo tratamento que está a ser negociado com profissionais de outros sectores da administração pública em relação ao descongelamento das carreiras no próximo ano.

No final da reunião, o presidente da APG/GNR, César Nogueira, declarou que foi decidido o pedido de uma reunião conjunta com o primeiro-ministro, António Costa, uma vez que as associações ali representadas são tuteladas por mi-

nistérios diferentes (Defesa Nacional e Administração Interna).

César Nogueira afirmou que estes profissionais não querem ser discriminados uma vez mais. Lembrou que também deram o seu contributo quando foram decididos os congelamentos, como todos os outros cidadãos e que, por isso, não aceitam ficar de fora do desbloqueamento das carreiras e da contagem do tempo que foi congelado.

Para Paulo Rodrigues, presidente da ASPP/PSP, o que está em cima da mesa é o modelo, a forma, o método como se vai processar o descongelamento, não aceitando que para o mesmo problema existam posições diferentes. Afirmou ainda que o OE2018 permite a possibilidade de descongelar as carreiras e colocar os polícias e militares no escalão que lhes diz respeito, contabilizando o tempo que esteve congelado.

Enquanto os representantes da GNR e da PSP já tiveram reuniões com o MAI (que entretanto solicitou um levantamento dos profissionais que têm as



condições para progredir em 2018), as associações profissionais dos militares das Forças Armadas ainda não tiveram qualquer reunião com o MDN, embora individualmente tenham enviado ofícios a solicitá-lo.

Paulo Amaral, Vice-presidente da APM e, na circunstância, porta-voz das APM, afirmou aos jornalistas presentes que os militares querem que seja contabilizado o tempo em que as carreiras estiveram congeladas, entre 2011 e 2017, como acontece em outras áreas da função pública. Instado a adiantar que acções poderão estes profissionais levar a efeito se uma eventual reunião com o Primeiro-ministro não resultar em nada de concreto, replicou que para já, vão aguardar pela resposta do Primeiro-ministro e também do MDN.

### ANS promove reuniões.

Já em reuniões de Sargentos, promovidas pela ANS em 11 de Outubro e

9 de Novembro, na Voz do Operário, em Lisboa, esta questão do descongelamento das carreiras foi colocada e debatida, entre outras matérias relativas à vida e à carreira dos militares.

Nestes encontros foram aprovadas três “Moções”, por unanimidade e aclamação, uma em 11 de Outubro e duas em 9 de Novembro, abordando as questões inerentes ao incumprimento da legislação, à questão do atraso das promoções e consequente esbulho nos orçamentos dos militares, e a exigência do descongelamento das carreiras, conforme negociação em curso com outros sectores da administração pública. As Moções mandatam os dirigentes da ANS para, por todos os meios ao seu alcance, procure os melhores caminhos que conduzam às soluções desejáveis para estes vários problemas. Estas Moções foram entregues, em mão, na residência oficial do Primeiro-ministro, em 13 de Outubro e 13 de Novembro, respectivamente, por dirigentes e associados da ANS. ▲



# DESISTIR NÃO É O NOSSO LEMA!

Voltamos “à carga”, sobre o famigerado Decreto-lei 296/2009, de 14 de Outubro. Aquele diploma sobre o qual a Marinha teima em não cumprir (em parte), tendo como primeiro objectivo a desistência por cansaço dos seus militares que se sentem afectados e injustiçados desde a existência deste decreto.

Na altura devida, camaradas houve, que fizeram chegar este sinal de mal-estar a quem detém a capacidade de decisão, remetendo para os respectivos serviços requerimentos a solicitar o pagamento dos valores devidos.

As respostas foram vagas e sem fundamento, talvez propositadamente para ver se a coisa ficaria esquecida, comportamento sintomático em matérias desta natureza, como referido num artigo publicado na anterior edição do jornal “O Sargento”, sobre o mesmo tema.

A própria condição em que estes militares se encontram (Reserva/Reforma) ajudaria, quiçá, a que isso acontecesse.

Erro crasso, meus amigos, pois falamos de Marinheiros!

E quando falamos de Marinheiros, falamos acima de tudo de homens e mulheres habituados a enfrentar situações extremas e com uma capacidade de resistência ímpar. Logo, podem partir

do princípio que estes militares não irão desistir deste processo até que o previsto nos artigos 26º e 27º do respectivo Decreto-lei seja cumprido na íntegra.

Não se trata de um mero capricho! Trata-se sim, da defesa de princípios e direitos que assistem a estes camaradas e que, por todos os motivos, não devem nem vão deixar morrer esta luta.

Esta questão foi-se avolumando e, neste momento, a acção desenvolvida, fruto da apatia e inércia da instituição Marinha, levou a que um número considerável de militares nas situações de Reserva e Reforma, remetessem ao Presidente do Tribunal de Contas um requerimento a solicitar os seus officios e influência no sentido de mandar desenvolver as diligências e recomendações tidas por convenientes para que na Armada se cumpra a lei em conformidade com o que já é uma prática em toda a Administração Pública e também nos outros ramos das Forças Armadas.

Esta acção tem como suporte, se assim quisermos considerar, a análise referida na **Auditoria às remunerações no Exército: militares na situação de Reserva**, da qual resultou o **Relatório n.º 04/2014 – 2.ª S do Tribunal de Contas**.

Torna-se assim mais notória a injustiça e tratamento discriminatório a que os



militares da Armada estão a ser expostos no que a esta matéria diz respeito.

Nenhum prazer nos move quando decidimos dar conhecimento destes factos a outros órgãos e instituições. Só o fazemos porque a isso nos obrigam! Ainda assim, conscientes de que esta acção possa não ser suficiente para que se

atinga o objectivo, estamos disponíveis para recorrer por todos os meios legais, levando estes factos ao conhecimento das entidades civis que considerarmos importantes no processo, a todas as entidades militares e a todos os órgãos de soberania, até à resolução do problema.

**António Taveira ▲**

## Formação e Equivalências

### *A Valorização da Profissão Militar*

O presente artigo aborda, superficialmente e reduzidamente, a questão das equivalências académicas da formação profissional nas Forças Armadas Portuguesas, designadamente na Marinha e a título meramente exemplar o caso dos Maquinistas Navais.

Num tempo em que as habilitações académicas e profissionais tomam relevo na sociedade portuguesa, em que a mobilidade profissional é uma realidade e em que os militares profissionais estão sujeitos à passagem à situação de reserva compulsiva em idades impeditivas de usufruírem da pensão de reforma respectiva, parece pertinente a consideração do necessário reconhecimento académico e/ou profissional da formação ministrada no âmbito militar, afim de se apresentarem competentemente apetrechados no mercado de emprego.

Eleger este tema como válido para atenção dos interessados é sinónimo de necessidade de reconhecimento

profissional com vista a favorecer a empregabilidade em época de crise económica e social. O avanço no reconhecimento da qualificação dos cursos e ações de formação ministrados nas Forças Armadas é um processo que nos parece indubitável e que carece da contribuição de todos os interessados. Trata-se, fundamentalmente, de assegurar o futuro.

O reconhecimento da equivalência académica e/ou profissional da formação diversa ministrada nas Forças Armadas contribui para o papel desempenhado pela Instituição militar em termos da coesão nacional, mas também para a valorização e prestígio de cada militar profissional e reforço potencial dos seus réditos. Pela via do reconhecimento académico e/ou profissional, os militares profissionais sujeitos a qualquer situação inopinada na sua carreira não se apresentam em desvantagem relativa no mercado de emprego.

Em múltiplas situações, aliás, o reconhecimento das equivalências em apreço nem deve obstar a um processo razoavelmente célere, denominadamente no que concerne às áreas ocupacionais mais próximas da formação requerida para o exercício de determinadas atividades no âmbito civil.

Servimo-nos do exemplo dos Maquinistas Navais. Neste concreto, como porventura no caso dos Eletrotécnicos, parece necessária uma abordagem aprofundada, pelo historial de décadas no tocante à matéria das equivalências académicas e/ou profissionais. Assim, como mera ilustração apresenta-se o estabelecido na Classificação Portuguesa das Profissões (2010), para os oficiais maquinistas de navios (pertencentes ao Grande Grupo de TÉCNICOS E PROFISSÕES DE NÍVEL INTERMÉDIO):

“3 1 5 1 Oficial maquinista de navios

3 1 5 1.0

Compreende as tarefas e funções do oficial maquinis-

ta de navios que consistem, particularmente, em:

*Controlar e participar na operação, manutenção e reparação das máquinas e equipamentos (mecânicos, elétricos e eletrónicos) do navio.*

*Encomendar combustível e outras provisões para a casa das máquinas e manter registos das operações.*

*Executar supervisão técnica da instalação, manutenção e reparação das máquinas e equipamentos do navio de acordo com especificações e normas estabelecidas.*

*Inspeccionar e executar manutenção e reparação de emergência nos motores, máquinas e equipamento auxiliar.*

*Manter a casa das máquinas vigiada, monitorizada, anotando o desempenho dos motores, máquinas e equipamento auxiliar”.*

Facilmente se constata que as tarefas e funções definidas identificam-se com o desempenho dos Maquinistas Navais. No entanto, os enquadramentos legal e formativo não atribuem a estes o reconhecimento académico e/ou profissional do nível dos oficiais maquinistas. Provavelmente, poder-se-ão multiplicar os exemplos em inúmeras áreas nos três Ramos das Forças Armadas.

O propósito do texto esgota-se na apresentação resumida e básica da necessidade premente do reconhecimento da formação profissional ministrada nas Forças Armadas, pelas razões referidas ao longo do artigo. O exemplo apontado surge em oportunidade e não pode ser perspectivado em função de qualquer atributo ou preferência.

Em síntese, cabe aos militares, a todos os militares, contribuírem para a respectiva valorização pessoal e institucional neste campo do reconhecimento da respectiva formação académica e/ou profissional. Assim o queiram!

**Dinis Fonseca ▲**



# "O EMFAR NÃO É ASS

## PARLAMENTO VOTA VITÓRIA



O dia 21 de Dezembro de 2017, para além assinalar o Solstício de Inverno, ficará marcado como um dia histórico para todos os Sargentos de Portugal, reforçando o que a sabedoria popular nos ensina e que a vida se tem encarregado de confirmar:

*“quem luta pode não ganhar, mas quem não luta já perdeu”!*

A ANS e os Sargentos de Portugal, têm-se batido arduamente para, entre outras coisas, fazer reverter o retrocesso histórico e civilizacional que foi a imposição de os Sargentos ingressarem nos Quadros Permanentes, com o posto de Subsargento/Furriel, através de alteração ao seu Estatuto (EMFAR – Estatuto dos Militares das Forças Armadas), publicada em Julho de 2015!

Desde pelo menos o final de Outubro de 2014, através do Comunicado nº 12/2014, repetindo-se logo no primeiro Comunicado de 2015, também em 2016, mas com muito particular insistência, sempre com argumentação bem fundamentada e dificilmente rebatível, que em muitos dos comunicados ao longo de 2017, esta matéria foi alvo de enorme persistência por parte da ANS, que sempre afirmou que **“o EMFAR não é assunto encerrado”!**

Contra os que baixaram os braços, a

ANS sempre os levantou.

Contra os que desistiram, a ANS sempre persistiu.

Esta é a diferença entre quem luta por convicções ou por ondas de impulso!

Por iniciativa política do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, pelo Projecto de Lei 340/XIII, a Assembleia da República iniciou um debate sobre o EMFAR.

Esta iniciativa visava, sem prescindir de uma futura revisão mais global do diploma, corrigir os aspectos mais gravosos do Decreto-Lei nº 90/2015, produzido pelo anterior governo PSD/CDS-PP, que introduziu graves distorções e causou enorme instabilidade entre os militares portugueses, com particular incidência sobre os Sargentos de Portugal.

Tendo baixado sem votação, coube a um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão de Defesa Nacional, a discussão das alterações legislativas a este diploma. Nesse enquadramento, a ANS – bem como a AOFA e a AP – foi chamada a uma audição nesta comissão aonde apresentou as razões da sua discordância com a situação, para além de ter também solicitado audiências a todos os grupos parlamentares e, mais uma vez mais, feito chegar aos deputados as suas propostas de alteração a este tão importante documento.

Destes trabalhos resultou um texto de substituição apresentado pela Comissão de Defesa Nacional, relativo ao Projecto de Lei nº 340/XIII/2ª (PCP). Este

texto contendo as alterações ao EMFAR foi votado favoravelmente praticamente por unanimidade. Todos os grupos parlamentares o aprovaram. Apenas o deputado do PAN se absteve.

As alterações agora aprovadas demonstram claramente que se pode chegar a melhores resultados quando as estruturas representativas são devidamente auscultadas e integradas nos processos legislativos, aspecto que a Assembleia da República fez (e bem!) mas que sucessivos Governos recusam fazer.

O regresso à condição de ingresso nos Quadros Permanentes para a categoria de Sargentos no posto de Segundo-Sargento (como nunca deveria ter deixado de ser) é, sem dúvida, uma vitória com sabor muito especial. Justa e merecida! Os quatro Subsargentos Músicos do Estágio Técnico Militar, da Marinha, e os sessenta e seis Furriéis do CFS 2016/2017 da Força Aérea, serão alvo do resultado desta vitória. Já não serão Subsargentos nem Furriéis, mas sim Segundos-Sargentos! E daqui para diante, assim acontecerá com todos os militares que terminem os respectivos Cursos de Formação de Sargentos.

Mas também a substituição do dever especial de *“isenção política”* por *“isenção partidária”*, a proibição da suspensão dos direitos de parentalidade em simultâneo nos casos em que os dois progenitores sejam militares, a clarificação do desempenho da função de Sargento-Mor (entre outras) como

assessor do respectivo CEM, ou ainda a integração no seu Estatuto Profissional do *“Direito de Associação”*, entre outras alterações, constituem passos significativos para a redignificação da classe de Sargentos em particular e dos militares em geral, na sua condição de cidadãos de corpo inteiro.

Esta vitória apenas foi possível graças ao esforço e vontade de lutar para repor a justiça e a dignidade que os Sargentos de Portugal merecem.

Sendo certo que as várias alterações ao EMFAR aprovadas na Assembleia da República, significam, à partida, uma importante vitória da luta travada pelos Sargentos, deverão merecer, no entanto, atenta e melhor análise assim que o texto final for publicado em Diário da República.

Mas, não desvalorizando o resultado alcançado, estas alterações não apagam o muito que há ainda a fazer pela dignificação dos Sargentos em particular, e dos militares em geral, nos planos profissionais, materiais e sociais, incluindo no próprio EMFAR. Após o período das festas, reforçados com esta vitória histórica, é necessário continuar a lutar por tudo o que ainda que está por alcançar ou que é necessário modificar.

Com esta alteração no posto de ingresso na categoria de Sargentos do Quadro Permanente, é evidente que faz todo o sentido que sejam revistas as modalidades de promoção em toda a carreira dos Sargentos. Não se compreende

# SUNTO ENCERRADO"!

## HISTÓRICA DOS SARGENTOS.



*Cerimónia de encerramento do CFS 2016/2017 da FAP, no CFMTFA, Ota*

que só nos Sargentos não haja nenhuma promoção por diuturnidade. A promoção de Segundo-Sargento a Primeiro-Sargento também deverá voltar a ser por diuturnidade.

No plano da Formação, continua a incorrer-se na falta de reconhecimento académico para os Sargentos, insistindo-se no logro de tentar fazer do "nível 5" algo mais do que aquilo que efectivamente é.

Fica por materializar a figura de "Tempo Máximo de Permanência no Posto", mecanismo importante para evitar que haja Sargentos que se arrastem há mais de 19 anos no posto de Primeiro-Sargento.

Num outro plano, mas com uma incontornável ligação ao EMFAR, o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas (RAMMFA), cuja nova versão entrará em vigor em 1

de Janeiro de 2018, merece igualmente alterações antes que comece a produzir estragos. Sobre este assunto nos debruçamos num outro artigo, nesta edição do jornal "O Sargento".

Entretanto, a ANS fez questão de reafirmar a sua disponibilidade para um diálogo que se traduza em trabalho concreto visando a valorização e dignificação dos Sargentos, dos militares em geral e da Instituição Militar.

21 de Dezembro de 2017, dia do Solstício de Inverno! O dia e a noite têm exactamente a mesma duração. Depois deste, os dias começam a "crescer" e a luz vai vencendo a escuridão.

Também os Sargentos, com a força da vitória alcançada neste dia, continuarão a fazer crescer a vontade e a determinação de lutar pelo muito que ainda há por fazer na defesa da dignidade dos Sargentos de Portugal e das suas famílias. ▲

## A Camaradagem Não É Palavra Vã!

**N**uma iniciativa, carregada de emoção, mas de um enorme significado e demonstração de camaradagem, os alunos do CFS-QP 2016/2017, da Força Aérea, prestaram homenagem a Ricardo Júlio Fonseca Teixeira, Furriel Graduado, Mecânico Electricista de Instrumentos de Avião (MELIAV), camarada colega do seu curso que faleceu em Julho de 2017, vítima de um acidente de viação.

Por ocasião da cerimónia da abertura oficial do ano lectivo 2017/2018, no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, CFMTFA, na Ota, em que também se procedeu à cerimónia do encerramento formal do CFS-QP 2016/2017, os novos Sargentos do Quadro Permanente da Força Aérea, entenderam fazer a entrega do símbolo do seu curso (patch) ao irmão do camarada falecido.



O Chefe do Curso, Raúl Caldas, fez a entrega de uma caixa em madeira, com tampo de vidro, contendo o símbolo do seu curso, a Hélder Teixeira, militar da GNR. É de realçar que Ricardo e Hélder Teixeira são filhos de um militar da Força Aérea, na situação de Reforma, o Sargento-Chefe MELIAV Teixeira.

A este gesto solidário promovido pelos sessenta e seis elementos que agora ingressaram nos Quadros Permanentes da Força Aérea, na categoria de Sargentos, juntaram-se, naturalmente, todos os presentes.

Este acto é bem demonstrativo de que, particularmente entre os militares, a camaradagem e a solidariedade não são, nem podem nunca ser, palavras vãs e que se expressam com mais sentido e propriedade quando o momento é de dor. ▲

# O “novo” RAMMFA e a Av

“O dono de um talho foi surpreendido pela entrada de um cão dentro da loja. Enxota-o, mas o cão volta a entrar. Volta a enxotá-lo e repara que o cão traz um bilhete na boca. Apanha o bilhete e lê: *“Manda-me 12 salsichas e uma perna de carneiro, por favor?”* Também repara que o cão tem na boca uma nota de 50 euros. Avia o cão e põe-lhe o saco de compras na boca. Impressionado e como estava para fechar, resolve seguir o cão. O cão desce a rua, chega aos semáforos e com um salto, carrega no botão para ligar o sinal verde. Aguarda a mudança de cor do sinal, atravessa pela passadeira e segue rua abaixo. O talhante estava perplexo! Ele e o cão caminham pela rua, até que o cão parou à porta de uma casa e pôs as compras no passeio. Virou-se um pouco, correu e atirou-se contra a porta. Repetiu o acto, mas ninguém lhe abre a porta. Contorna a casa, salta um muro e, numa janela, começa a bater com a cabeça no vidro várias vezes, retornando para a porta. De repente, aparece um tipo enorme que mal abre a porta, começa a bater no cão. O talhante corre até ao homem, tenta impedi-lo de bater mais no cão e diz-lhe bastante indignado: *“Oh homem, o que é que está a fazer? O seu cão é um génio!”* O homem, com maus modos responde: *“Um génio? Já é a segunda vez esta semana que este estúpido cão se esquece da chave em casa!”*”

**Moral da história:** Podes continuar a exceder as expectativas, mas... a tua avaliação depende sempre da competência de quem avalia!”

Esta história ilustra, de uma forma caricatural, aquilo em que se pode tornar “a avaliação” no seio das Forças Armadas caso não se consiga travar e reverter o famigerado regulamento publicado pela Portaria n.º 301/2016, de 30 de Novembro, que aprovou o RAMMFA - Regulamento da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 2018.

Mais uma vez, e é já dolorosa a insistência nesta tecla, na elaboração deste diploma não se observou, na íntegra, a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, pois não foi constituído qualquer grupo de trabalho integrando representantes das Associações Profissionais de Militares (APM), nem houve capacidade para acolher os comentários pedidos às APM e por estas atempadamente enviados, diga-se. Como já vem sendo prática, o pedido de comentários foi realizado a poucos dias da sua publicação, não permitindo às APM tempo de estudo e reflexão suficientes para emitir uma opinião mais sustentada e participada pelos associados que representam, principais visados pela mesma e, como se veio a verificar, nem



sequer os contributos enviados foram contemplados nas versões publicadas do diploma.

Tendo sido os representantes das APM chamados à Assembleia da República, para uma audiência na Comissão de Defesa Nacional para se pronunciarem sobre o diploma, mas já após a sua publicação, e tendo inclusivamente ouvido, no mesmo dia, a promessa por parte de representantes do Partido Socialista, de uma eventual futura revisão na mesma comissão, tal, no entanto, não aconteceu.

Deste modo, e atendendo a que não foi considerada a necessidade de reajustar a estrutura, métodos e funcionamento dos Conselhos de Classes, Armas ou Serviços e Especialidades que devem enquadrar a aplicação do diploma, mas antes se optou pela revogação dos diplomas que caracterizavam estes Conselhos, sem contudo acautelar a publicação de outros, e uma vez que podemos verificar que o citado diploma é gerador de danos no espírito de corpo no seio das Forças Armadas, enfermando de graves problemas, urge tomar posição sobre o mesmo e acautelar que tais danos não se materializem pondo em causa a unidade, a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

Se, em tese, o diploma pretendia contribuir para o desenvolvimento da carreira dos Militares, não é esse o resultado conseguido. De facto, a complexa matriz da avaliação serve o fim de promover, forçando, a “funcionalização” e até a eventual “partidarização” dos Militares, quando se põe fim a um Regulamento baseado na Avaliação da Formação e Antiguidade no Posto para um outro baseado essencialmente na Avaliação

Individual dos Militares. Convém lembrar que este regulamento prevê que os louvores dados por decisores políticos são mais “valiosos” que louvores dados por profissionais militares.

Num processo, já de si, fortemente carregado de subjectividade, como o é qualquer mecanismo de avaliação pessoal, não se compreende que tenha sido retirada a figura da média ponderada do avaliador, factor que contribui, com efeitos práticos comprovados, para estabelecer mais justiça e aliviar o peso dessa subjectividade, procurando trazer alguma objectividade ao processo.

Para agravar, verifica-se que esta média pode ser ainda inflacionada com as preferências dos Chefes de Estado-Maior, sem que seja estabelecida uma metodologia que se perceba como este “poder” pode ser utilizado, nem quais os seus limites.

Por outro lado, e focando um outro aspecto, não se compreende porque é que há competências que não são avaliadas todas com o mesmo peso e em todas as situações.

Por exemplo – em funções de execução, a cultura geral não é avaliada! Será que um Primeiro-Sargento ou um Segundo-Sargento, por serem executantes são cidadãos incultos?

Para além destes aspectos, existem questões técnicas de grande complexidade. Conforme a lista constante do Anexo B da Portaria, a que se refere o nº 2 do Artigo 20º do regulamento em causa, somos confrontados com quinze competências a conjugar com dez possibilidades de potencial de avaliação.

Mas é ainda mais complexo: para cada competência há cinco descritores, o que pode significar que se tenha de aplicar a cada avaliado setenta e cinco descritores avaliativos.

Existe assim, objectivamente, e só pelo critério quantitativo, a séria possibilidade de introduzir no momento avaliativo uma componente de “arbitrariedade” perante avaliados com o mesmo perfil profissional (posto, idade, função) de ramo diferente e/ou no mesmo ramo.

Torna-se evidente que, por esta via – perante diferentes formulações, a que acresce o uso e aplicação excessiva de conceitos indeterminados – é grande a possibilidade de se vir a ferir o princípio da igualdade perante a lei, a que se refere o Artigo 13º da Constituição da República, princípio também repetido no nº 2 do Artigo 266º.

Para além destes aspectos, introduzem-se uma série



# avaliação de (des)empenho

de poderes arbitrários que contradizem as bases da objectividade que a avaliação dos militares requer, pois em cada tipologia de avaliação agora prevista, está criada a possibilidade de contrariar, caso a caso, os resultados verificados e obtidos pelos avaliados com base nas normas agora citadas, uma vez que se permitem diferentes ponderações consoante o posto através da intervenção dos CEM's com variação de 5%. Na metodologia e quantificação da avaliação individual permite-se uma harmonização anual dos CEM's por despacho. Na metodologia e quantificação da avaliação da formação e na metodologia e quantificação da avaliação disciplinar permite-se a intervenção dos CEM's definindo coeficientes e/ou adicionando valores. Na metodologia e quantificação da avaliação complementar, permite-se a intervenção dos CEM's a adicionar um valor ao valor atribuído em sede de Conselho e a considerar outros elementos do currículo, em termos a definir por despacho do CEM do respectivo ramo.

Mesmo no plano das garantias de reclamação e recurso, perante avaliações desfavoráveis ou com falta de mérito, mais uma vez não se optou por seguir o previsto no regime geral do Código do Procedimento Administrativo, dando a possibilidade aos Militares de ir logo para tribunal administrativo defender as suas posições. Optou-se antes por levar os militares a ter de esperar pelo calvário da pronúncia hierárquica, pelo menos 30 dias, para poder recorrer ao mecanismo da impugnação contenciosa, o que pode ser manifestamente prejudicial para o avaliado e que, tendo em conta o já muito dilatado prazo de decisão dos tribunais administrativos, agrava ainda mais a penosidade da situação.

O que se desejaria era uma medida que procurasse uniformizar e tornar comum procedimentos e princípios, de modo a tornar-se na principal ferramenta de trabalho para estruturas que nada têm de comum entre si, porque nem os atores, nem os métodos, nem os processos são uniformes, transparentes e expressivos da melhor

legalidade que a esta matéria compete.

Temos a convicção que a implementação deste Regulamento, nos termos em que foi publicado, será um elemento desestabilizador do espírito de corpo, pon-do em causa a coesão e a disciplina no seio das Forças Armadas, concorrendo para a sua descaracterização e sendo, para além disso, um elemento fortemente condicionador do justo e coerente desenvolvimento das carreiras militares.

No passado dia 12 de Dezembro, em Reunião de Sargentos promovida pela ANS, na Voz do Operário, em Lisboa, esta matéria foi debatida e os presentes reiteraram a sua disponibilidade para participar na construção de um Regulamento mais justo e equilibrado pois defendem que não é mudando leis de forma desconexa que se resolvem problemas, sem que sejam tidas em conta as implicações que essa mudança encerra. Defenderam que a mudança coerente e sustentada só é possível com a integração, participação

e contributos de todos na procura da melhor solução, num clima de frontalidade e diálogo leal entendível pelos militares, no respeito pelo seu passado, na defesa do seu presente e na construção do seu futuro.

No final da reunião, e posta uma "Moção" à votação, aprovada por unanimidade e aclamação, os Sargentos mandataram a Direcção da ANS e restantes Órgãos Sociais para que, individualmente e em conjunto com outras associações congéneres, desenvolvessem todos os meios, de maior ou menor visibilidade e impacto, junto de todas as entidades julgadas pertinentes, para exigir a suspensão de eficácia da Portaria nº 301/2016, de 30 de Novembro, que aprovou o Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, mandatando ainda a Direcção da ANS e restantes Órgãos Sociais para que procedessem à entrega da "Moção", em mão, na residência oficial do Primeiro-Ministro, o que foi feito no passado dia 14 de Dezembro. ▲



## Lutar pelo CSFA!

No ano em que completou 31 anos de existência, fundado em 31 de Julho de 1986, o CSFA – Clube dos Sargentos da Força Aérea, atravessa uma fase difícil, mas continua a lutar pela sua sobrevivência e necessária existência!

Face às dificuldades que se arrastam desde há vários anos, particularmente na renovação de quadros dirigentes e na captação de associados junto dos mais novos Sargentos, foi convocada para o passado dia 25 de Novembro uma Assembleia-Geral cujos dois pontos da ordem de trabalhos mencionavam a "Dissolução do Clube de Sargentos da Força Aérea Portuguesa" e a "Nomeação de uma Comissão Liquidatária caso seja aprovado o ponto um".

Realizada na sede social, em Chelas, Lisboa, desta Assembleia-Geral não saiu a dissolução do CSFA pois, de acordo com o Artigo 42º dos estatutos, tal só poderá ocorrer se aprovado por maioria de três quartos dos sócios efectivos do clube. Tendo votado naquela Assembleia apenas trinta e dois associados, que se dividiram entre 56% pela dissolução e

44% pela não dissolução, naturalmente que tal decisão não seria possível.

Face a este quadro, e tendo a Direcção em exercício, assumido a disponibilidade para assegurar as funções até ao final deste ano, foi decidido convocar nova Assembleia-Geral com vista à constituição de uma resposta para a situação.

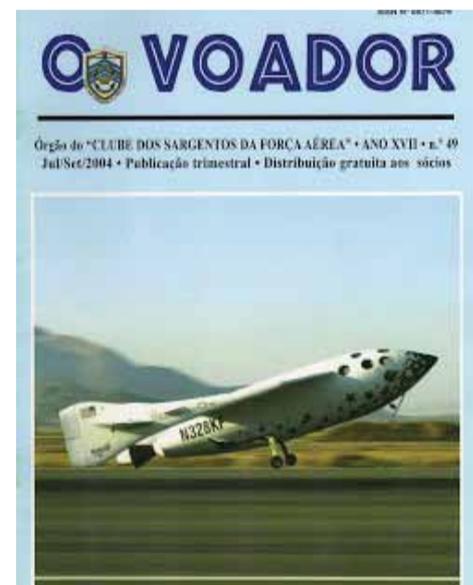
Assim, no passado dia 16 de Dezembro reuniu a Assembleia-Geral com um ponto único na ordem de trabalhos: "Eleição dos Órgãos Sociais para o Biénio 2018/2019". Desta Assembleia resultou a eleição da única lista que se constituiu e se apresentou ao acto eleitoral. Assembleia-Geral: Fernando Casimiro, José Parente e Joaquim Mira; Direcção: António Mata, Miguel Parada e José Henriques; Conselho Fiscal: Samuel Girão, Manuel Citério e Luís Júdice. Estes órgãos sociais do CSFA tomarão posse no próximo dia 3 de Janeiro de 2018, na sede do CSFA.

A ANS esteve representada pelo Presidente do Conselho Fiscal, José Pereira e pelo director do jornal "O Sargento", em ambas as assembleias. Para além

das naturais preocupações na qualidade de sócios do clube, quiseram levar a inquestionável solidariedade institucional e manifestaram a disponibilidade para colaborar na procura de soluções que ajudem a ultrapassar as dificuldades, apelando a uma maior aproximação entre estas duas organizações representativas de Sargentos, como acontece entre a ANS e outros organismos congéneres.

É de assinalar que este clube faz, desde há muitos anos, a entrega do prémio CSFA a um aluno que termina o Curso de Formação de Sargentos, no CFMTFA, na Ota, o que, apesar das dificuldades, também se verificou pela mão de João Coxo, o presidente da Direcção cessante, no passado dia 13 de Dezembro com o CFS 2016/2017 que entretanto terminou.

Recordamos que António Mata, eleito presidente da Direcção para o biénio 2018/2019, foi o último director de "O Voador", órgão oficial do CSFA, revista que tão boas leituras proporcionou a sócios e não sócios do clube. Desejamos que esta revista volte a proporcionar "bons voos" aos Sargentos da FAP, e não só!



Embora se tenham claramente assumido como uma solução de recurso, os dirigentes agora eleitos apelam aos Sargentos da Força Aérea em especial, mas naturalmente também aos Sargentos dos outros ramos das Forças Armadas, para que se inteirem da existência do clube, divulguem e participem na sua dinamização, dando razão e força à sua existência pois, como temos ouvido dizer, "um clube vivo é um clube participado"! ▲

## A chamada Cooperação Estruturada Permanente e a posição da EUROMIL!

Nos últimos meses, realizaram-se muitas reuniões entre representantes dos estados membros da União Europeia, a vários níveis, para discutir o documento franco-alemão sobre a chamada CEP - Cooperação Estruturada Permanente, (em inglês PESCO – Permanent Structured Cooperation). O objectivo foi chegar a um acordo para assinar uma notificação indicando os estados membros que desejavam participar deste processo.

Na segunda-feira, 13 de Novembro, 23 estados membros assinaram esta notificação conjunta indicando sua vontade e disponibilidade para fazer parte desta CEP. A cerimónia de assinatura decorreu durante um Conselho dos Negócios Estrangeiros, na qual participaram também os Ministros da Defesa. Na altura, a Dinamarca, a Irlanda, Malta, Portugal e o Reino Unido não assinaram a notificação que foi, entretanto, enviada ao Conselho e ao Alto Representante. Posteriormente, Portugal assinou a sua participação, tendo sido esta decisão publicada em Diário da República no passado dia 13 de Dezembro. Neste momento, Dinamarca, Malta e Reino Unido, não subscreveram o documento.

Numa tomada de posição pública, a EUROMIL, aplaude, em tese, a iniciativa. Nessa tomada de posição, a EUROMIL considera que a CEP é um quadro jurídico ambicioso, vinculativo e inclusivo pelo qual os Estados membros podem melhorar os seus respectivos recursos militares e capacidades de defesa através de iniciativas bem coordenadas e projectos concretos. Aliás, o Anexo I da notificação afirma que "consideramos uma CEP inclusiva como o instrumen-



to mais importante para promover a segurança e a defesa comuns numa área onde é necessária mais coerência, continuidade, coordenação e colaboração. Os esforços europeus para esse fim devem ser unidos, coordenados e significativos e devem basear-se em directrizes políticas comumente acordadas". No entanto, a EUROMIL lamenta que não exista um compromisso vinculativo em matéria de direitos sociais e humanos para o pessoal militar referido no Anexo II da notificação. Embora, com a introdução da CEP, os militares de toda a Europa venham a trabalhar mais próximos do que nunca, ainda não gozam dos mesmos direitos e liberdades fundamentais, condições de trabalho e protecção social. Enquanto os homens e as mulheres que servem os seus países nas Forças Armadas são, em última instância, essenciais para tornar a CEP bem-sucedida, foram, no entanto, deixados de fora do quadro, quando os Ministros da Defesa nego-

ciaram números, estruturas e projectos. A EUROMIL acredita que os Estados membros perderam uma excelente oportunidade para coordenar as suas obrigações no plano humano e social relativamente aos seus militares. Provavelmente, os líderes europeus acreditam que o compromisso e a motivação desses homens e mulheres podem ser dados como garantidos.

A EUROMIL afirma não poder tolerar que os militares se tornem vítimas da sua lealdade, consciência de dever e profissionalismo! Os militares merecem melhor! Por conseguinte, a EUROMIL vem apelar aos líderes europeus para que não mostrem apenas a sua ambição em matéria de projectos militares, mas que assumam também no que diz respeito à garantia de direitos e liberdades fundamentais para o pessoal militar, harmonizando as condições de trabalho e a protecção social dos homens e mulheres que protegem a segurança e a defesa europeias. ▲

## Primeiro Presidium da EUROMIL nos Países Bálticos

No passado dia 20 de Outubro, cerca de 60 delegados de 20 associações e sindicatos membros e observadores participaram em Riga, na Letónia, no 116º Presidium da EUROMIL. O Presidium aprova a política proposta pela Direcção, decide sobre a adesão de associações e sindicatos como novos membros e aprova o orçamento anual.

O presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, congratulou-se com o facto de este ter sido o primeiro Presidium da EUROMIL nos países bálticos. Olhando para a situação actual E. Jacob referiu que a segurança e a defesa estão no topo da agenda europeia. Contudo,

também expressou sua insatisfação por o factor social e humano, ou seja, a dimensão humana, até agora não estar devidamente incluída nos esforços para formalizar a chamada Cooperação Estruturada Permanente (PESCO – Permanent Structured Cooperation).

Janis Baškers, presidente da LSA, a associação de militares da Letónia, tomou a palavra e deu as boas-vindas aos participantes, agradecendo à EUROMIL a organização do seu 116º Presidium em Riga. Compartilhou alguns aspectos sobre a história da LSA e seus projectos actuais, como por exemplo, o apoio da educação nacional e patriótica, bem como o aumento das pensões.

Raimonds Bergmanis, ministro da Defesa da Letónia, expressou a opinião de que a missão da EUROMIL é altamente essencial. Defendeu que numa altura em que as forças armadas europeias operam cada vez mais juntas, também aqueles que defendem os interesses profissionais dos soldados precisam construir redes e aumentar a cooperação. No que diz respeito à NATO, à UE, mas também à EUROMIL, o ministro concluiu que existe uma grande força em alianças e unidade e que "os direitos sociais dos soldados devem estar na vanguarda do nosso trabalho".

Ojārs Ēriks Kalniņš, deputado parlamentar da Letónia e Presidente da Comissão dos Assuntos Externos, compartilhou

os seus pontos de vista sobre a presença avançada da NATO nos Estados do Báltico. Além disso, expressou a esperança de que a situação geopolítica do seu país e a União Europeia, em geral, mudem a longo prazo para melhor.

Emmanuel Jacob agradeceu aos dois oradores e desafiou o ministro da Defesa a transmitir aos seus colegas europeus a obrigação dos Estados em cuidar dos seus militares.

No debate já em sessão plenária, os delegados analisaram a melhor forma de troca de informações e de coordenação para melhorar a acção da EUROMIL, especialmente com uma visão sobre missões multinacionais em que soldados de diferentes países enfrentam os mesmos problemas.

Na análise e discussão feita sobre os relatórios nacionais, um tema ressaltou comum em quase todos os relatórios: o recrutamento e retenção de pessoal militar - uma questão sobre a qual a EUROMIL se concentrará no futuro. O Presidium também aprovou por unanimidade a adesão com o estatuto de observadora da Associação das Mulheres das Forças Armadas da Bulgária (BUAFWA). A EUROMIL conta agora com 34 associações membros de 23 países.

O 117º Presidium será realizado em Abril de 2018 em Bruxelas, na Bélgica. ▲



# Unidos na diversidade militar! Como acomodar culturas militares divergentes!

**E**m 28 de Setembro, numa iniciativa conjunta entre a EUROMIL e a Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade, decorreu o primeiro evento de uma série de três, sobre a superação de obstáculos no caminho para um hipotético exército europeu. O primeiro evento centrou-se na questão de como o trabalho em conjunto com pessoal militar de diversas culturas militares nacionais funciona na prática.

O moderador, Kai Küstner, correspondente em Bruxelas da Rádio Alemã ARD, abriu o debate, citando o presidente francês, Emmanuel Macron, que defendeu a criação de uma cultura estratégica europeia comum. Apresentou os membros do painel, cada um dos quais com uma perspectiva distinta sobre culturas militares e cooperação internacional.

António Lima Coelho, convidado na qualidade de ex-presidente da Associação Nacional de sargentos (ANS) de Portugal, explicou que, embora os militares tenham sido quem derrubou a ditadura e contribuiu para a democracia em Portugal, não lhes são reconhecidos determinados direitos democráticos, no plano da representação associativa e sindical, e uma efectiva participação no processo legislativo das matérias que lhes dizem respeito. Evidenciou as diferentes realidades na Europa, no que aos direitos dos cidadãos militares diz respeito. Questionou em que condições ficariam, ou como seriam tratados, os dependentes (viúvas, filhos, etc.) de dois militares de países diferentes, com reconhecimento e apoio social completamente diferente, que na eventualidade de uma força conjunta europeia, tivessem a infelicidade de falecer na mesma missão militar?

Flemming Vinther, presidente do Sindicato de Praças das Forças Armadas (HKKF), da Dinamarca, declarou claramente que não vê a perspectiva de que um exército europeu se possa vir a concretizar a qualquer momento em breve. Para que isso aconteça, os Estados membros precisariam de demonstrar vontade política,



liderança e, muito mais importante, teriam de demonstrar confiança uns nos outros para desistir de partes da sua própria soberania. O que, no seu entender, não se afigura crível.

Hubert De Vos, Major-general na Reforma, e ex-comandante das Forças terrestres belgas, apontou para algumas condições essenciais para que a cooperação multinacional funcione no terreno: logo à partida, a necessidade de uma língua comum, para que todos possam exercer o comando em condições, procedimentos operacionais comuns, liderança inspiradora, treino prolongado e inovador, equipamentos padronizados, bem como um nível adequado de partilha de risco e um mínimo de reservas nacionais.

Charlotte Isaksson, do Serviço de Ação Externa da União Europeia, antiga oficial do exército sueco, e actualmente assessora de Federica Mogherini, explicou que a cultura militar, bem como a forma como as questões de género são consideradas, são determinadas por cul-

turas nacionais e muitas vezes podem ser mal-usadas por razões de preservação de poder. No entanto, a este respeito, enfatizou que a integração de género é um exemplo positivo da rapidez com que as culturas podem mudar.

Durante o período de perguntas e respostas, os membros do painel e os participantes discutiram sobre questões relativas ao sindicalismo militar, à cooperação multilateral existente (como os "battlegroups" da UE e o Eurocorp), bem como iniciativas planeadas para melhorar a colaboração a nível europeu, como é o caso dos projectos União Europeia de Defesa e a Cooperação Estruturada Permanente.

Na intervenção de encerramento desta iniciativa, Emmanuel Jacob, presidente da EUROMIL, concluiu que a diversidade militar não obstaculiza a cooperação e a integração da defesa europeia, desde que sejam respeitados alguns princípios fundamentais como os direitos democráticos para o pessoal militar. ▲

## EUROMIL visita a ADFA

**E**m 5 de Dezembro passado, uma delegação da EUROMIL constituída pelo seu Presidente, Emmanuel Jacob, pela responsável de Projectos Externos, Rebekka Haffner e por Lima Coelho, membro da Direcção da EUROMIL, visitou a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), em Lisboa. A visita foi organizada por Lima Coelho, no contexto do plano de actividades da EUROMIL, que prevê um maior envolvimento em relação à questão do Stress Pós-Traumático entre os militares europeus, veteranos ou no serviço activo.

A ADFA é uma associação independente e sem fins lucrativos, fundada em 1974 por veteranos militares com deficiência adquirida nos teatros da Guerra Colonial. A associação visa garantir os direitos dos veteranos com deficiência e oferece apoios muito variados. As estruturas de apoio social, psicológico, médico e jurídico estão disponíveis nas instalações da

ADFA para membros e não membros da associação. A ADFA tem cerca de 13.000 associados, organizados em 12 delegações por todo o país. Embora a

maioria dos associados seja portador de uma deficiência física permanente resultante da guerra colonial, um número crescente de associados en-



frenta também problemas de ordem psicológica. A ADFA defende que uma abordagem integrada e que leve em consideração todas as necessidades dos veteranos e suas famílias é a melhor forma de os apoiar.

O presidente do ADFA, Comendador José Arruda, enfatizou que a ADFA não pede caridade, mas exige e bate-se para que os seus membros vivam com dignidade. A dignidade que lhes é inquestionavelmente merecida.

No final da visita/reunião de trabalho, Emmanuel Jacob agradeceu aos anfitriões a forma como a delegação da EUROMIL foi recebida, a possibilidade de conhecer a sede nacional e todas as suas valências e o modo como foi exposto todo o trabalho realizado pela ADFA nas suas múltiplas vertentes. E. Jacob considerou ainda que a experiência da ADFA no plano nacional é um exemplo a ser discutido e apresentado sob a forma de boas práticas num contexto mais alargado a nível europeu. ▲

# ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

No período pós-férias foi evidente a preocupação, no meio militar, face a uma série de eventos que em nada contribuíram para o ambiente saudável e à serenidade necessárias ao bom desenvolvimento da missão. Contudo, e face à necessidade de analisar, estudar, apresentar propostas sobre matérias tão importantes como por exemplo, o EMFAR ou o RAMMFA, muita exigência foi colocada aos dirigentes da ANS. Para além de ter de assegurar a capacidade para responder às solicitações dos camaradas, às solicitações de diversas entidades, mas, acima de tudo, de não deixar de cumprir a missão associativa, os dirigentes associativos desdobram-se em acções e disponibilidade. Dessa intensa actividade associativa apresentamos um resumo:

**28SET** – Cerimónia em Belém, relativa aos 100 anos da aviação naval e da primeira travessia do Atlântico Sul. ANS representada por M.Ramos;

**28SET** – Debate em Bruxelas promovido pela “Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade” acerca das divergentes culturas militares na Europa. ANS representada por L.Coelho;

**01OUT** – Eleições Autárquicas, em que inúmeros militares, conscientes da sua condição de cidadania, optaram por votar orgulhosa e devidamente uniformizados;

**02OUT** – Reunião da Comissão Permanente do Ramo Armada (CPR-ARM) na sede da ANS, em Lisboa;

**03OUT** – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**03OUT** – Reunião na sede da ANS com a AP e elementos da FAP excluídos do CFS 2017/2018. ANS representada por A.Taveira, L.Coelho e J.Gonçalves;

**09OUT** – Reunião do Secretariado da ANS na sede;

**11OUT** – Reunião de Sargentos da área de Lisboa, na Voz do Operário;

**12OUT** – Manifestação promovida pela Coordenadora Permanente das Forças e Serviços de Segurança. ANS com delegação solidária composta por M.Ramos, L.Coelho, J.Gonçalves e A.Martins;

**13OUT** – Reunião com dirigentes das APM na sede da ANS, em Lisboa, e com elementos excluídos do CFS 2017/2018 e ETM, da FAP. ANS representada por L.Coelho e J.Gonçalves;

**13OUT** – Presidente da Direcção da ANS, acompanhado de vários dirigentes, delegados e associados, entrega na residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa, as Moções aprovadas na Reunião de Sargentos de 11OUT;

**16OUT** – Reunião com Sargentos da Esquadra de Radar nº 3, em Montejunto. ANS representada por J.Pereira e L.Coelho;

**17OUT** – Reunião da Comissão Permanente do Ramo Armada (CPR-ARM) na sede da ANS, em Lisboa;

**19OUT** – Reunião da Direcção da EUROMIL em Riga, Letónia. ANS representada por L.Coelho;

**20OUT** – 116º Presidium Meeting da EUROMIL, em Riga, Letónia. ANS representada por L.Coelho;

**30OUT** – Reunião com delegados da ANS e elementos do CFS 2016/2017 da Marinha, na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por M.Ramos, R.Graça e L.Coelho;

**31OUT** – Visita e Reunião com Sargentos do Regimento de Transportes, em Lisboa. Delegação da ANS composta por M.Ramos, C.Colaço, J.Galvão e L.Coelho;

**31OUT** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede, em Lisboa;

**02NOV** – Cerimónia promovida pela Liga de Combatentes, de Homenagem aos Mortos Militares, no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. ANS representada por M.Pereira;

**02NOV** – Reunião com dirigentes das APM na sede da ANS, em Lisboa, sobre a ADM. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

**07NOV** – Reunião do Conselho Consultivo do IASFA, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

**08NOV** – Reunião com dirigentes da ADFA, na sua sede, em Lisboa, preparatória da visita de dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

**09NOV** – Reunião do Grupo de Trabalho da Marinha, no Estado-Maior da Armada, em Lisboa. Delegação da ANS composta por M.Ramos, R.Graça e N.Bento;

**09NOV** – Reunião de Sargentos da área de Lisboa, na Voz do Operário;

**11NOV** – Cerimónia em Belém, promovida pela Liga de Combatentes pelo 99º aniversário do Armistício da I Grande Guerra, do 96º aniversário da Liga e do 43º Aniversário do fim da Guerra Colonial. ANS representada por P.Contreiras;

**13NOV** – Visita e Reunião com Sargentos da Escola de Sargentos do Exército, nas Caldas da Rainha. Delegação da ANS composta por M.Ramos, C.Colaço, R.Graça, V.Cláudio e L.Coelho;

**13NOV** – Presidente da Direcção da ANS, acompanhado de vários dirigentes, delegados e associados, entrega na residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa, as Moções aprovadas na Reunião de Sargentos de 9NOV;

**15NOV** – Visita e Reunião com Sargentos da Escola das Armas, em Mafra. Delegação da ANS composta por M.Ramos, A.Taveira, A.Mendes e L.Coelho;

**18NOV** – Cerimónias alusivas ao 25º aniversário da AOFA, na Trafaria. ANS representada por M.Ramos;

**25NOV** – Assembleia-Geral do Clube de Sargentos da Força Aérea, na sua sede, em Lisboa. ANS representada por J.Pereira e L.Coelho;

**26NOV** – Cerimónia no Centro Cívico do Feijó, organizada pelo CSA, no âmbito dos 700 anos da criação formal da Marinha. ANS representada por N.Bento;

**28NOV** – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede, em Lisboa;

**28NOV** – Reunião de Delegados da ANS, da área de Lisboa, na sede social, em Lisboa;

**29 e 30NOV** – Conferência Sindical Internacional, em Lisboa, organizada pela CGTP sobre “O Futuro do Trabalho”. ANS representada por L.Coelho;

**05DEZ** – Visita e Reunião de trabalho de uma delegação da EUROMIL à Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA). Delegação da EUROMIL composta por E.Jacob, L.Coelho e R.Haffner;

**06DEZ** – Reunião de trabalho na sede da ASPP/PSP entre as APM (ANS, AOFA e AP) e a ASPP/PSP e a APG/GNR. ANS representada por M.Ramos e N.Mateus;

**06DEZ** – Homenagem prestada pelas três APM ao militar de Abril, Coronel Teófilo Bento, na Ramada, Odivelas. ANS representada por M.Ramos e N.Mateus;

**06DEZ** – Conferência promovida pela associação italiana ASSODIPRO, em Roma, acerca dos problemas do amianto, do urânio empobrecido, do direito de associação e de representação e da integração dos elementos da guarda florestal no corpo dos Carabineiros. ANS representada por L.Coelho;

**06DEZ** – Reunião na sede da ANS com a AP e elementos da FAP excluídos do CFS 2017/2018. ANS representada por J.Gonçalves;

**08DEZ** – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas. ANS representada por L.Coelho;

**12DEZ** – Cerimónia no Terreiro do Paço, em Lisboa, de encerramento das comemorações dos 700 anos da criação formal da Marinha. ANS representada por M.Ramos;

**12DEZ** – Reunião de Sargentos da área de Lisboa, na Voz do Operário;

**14DEZ** – Presidente da Direcção da ANS, acompanhado de vários dirigentes, entrega na residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa, a Moção aprovada na Reunião de Sargentos de 12DEZ;

**16DEZ** – Assembleia-Geral Eleitoral do Clube de Sargentos da Força Aérea, na sua sede social, em Lisboa. ANS representada por J.Pereira e L.Coelho;

**18DEZ** – Cerimónia organizada e promovida pelo CPA, na sua sede, na Cova da Piedade, no âmbito dos 700 anos da criação formal da Marinha. ANS representada por M.Ramos;

**21DEZ** – Votação das alterações ao EMFAR, na Assembleia da República. Dirigentes, delegados e associados da ANS, entre outros militares, assistiram à votação nas galerias da AR.

No momento do fecho desta edição do jornal “O Sargento”, aguarda-se a publicação em Diário da República das alterações ao EMFAR para se poder aferir da real dimensão da vitória da ANS e dos Sargentos de Portugal relativamente ao fim do posto de Furriel como posto de ingresso nos Quadros Permanentes. Entretanto um novo ano se aproxima e naturalmente estão já em movimento as preparações para as comemorações do “31 de Janeiro – Dia Nacional dos Sargentos” em 2018. Destes diversos factos vos daremos conta na próxima edição do nosso jornal. ▲



**Nas Eleições Autárquicas, houve militares a votar uniformizados.**

## Correio dos Leitores

# Os “Excluídos” e a precaridade no seio das Forças Armadas

Exmo. Senhor Director, como cidadão atento e ligado afectivamente às questões da área da Defesa Nacional, nomeadamente à Força Aérea, venho solicitar a publicação desta minha missiva, que reconhecendo ser longa, considero ser muito importante.

Através do Aviso nº 2143/2017 de 28 de Fevereiro, foi publicado em Diário da República, o Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos dos Quadros Permanentes da Força Aérea 2017/2018, aberto condicionalmente até à emissão de parecer favorável do Ministro das Finanças e aprovação por Despacho do Ministro da Defesa Nacional das vagas para o curso. Este concurso foi aberto para 70 vagas, de acordo com os máximos autorizados pela tutela para 2017.

Cumpridos todos os passos do concurso, os candidatos foram informados, em meados de Julho, quais seriam os 69 admitidos. Numa determinada especialidade não houve número suficiente de candidatos, daí 69 em vez dos 70 inicialmente publicados. Perante a perspectiva de ingressar no curso para os Quadros Permanentes da Força Aérea, muitos dos candidatos cancelaram ou anularam as suas matrículas no ensino superior, desistiram de candidaturas a concursos nas forças e serviços de segurança e houve mesmo quem, já se encontrando com emprego efectivo na vida civil, se tenha despedido, dando à **entidade patronal** os 60 dias de antecedência, em cumprimento com o previsto na lei laboral, **não tendo por** isso direito ao subsídio de desemprego.

Estando preparados para se apresentarem na Ota a 2 de Outubro, uma Segunda-feira, para dar início ao respectivo curso, foram os candidatos surpreendidos com uma “informação” (porque efectivamente não se tratou de nenhuma notificação) ao final do dia 29 de Setembro, a Sexta-feira anterior, de que afinal não seriam 69 vagas mas tão só 48! Contra tudo o que tem sido a prática, ao longo dos anos, nestes cursos da FAP, 21 candidatos viram-se súbita e friamente excluídos! Alguns ficaram com a vida perfeitamente virada do avesso, só porque acreditaram e confiaram! Sem apelo, nem agravo, brincou-se com a vida

destes cidadãos. Neste momento há quem tenha ficado sem emprego, sem direito a qualquer subsídio e sem possibilidade de ingressar no curso, mas com todas as obrigações e compromissos antes assumidos!

Com a devida vénia ao jornal “Diário de Notícias” que em 8 de Novembro publicou interessante matéria sobre este assunto. Também em 9 de Novembro publicou uma notícia sob o título “Azeredo diz que se limitou a aprovar vagas pedidas pela Força Aérea” e que “o ministro da Defesa garantiu [...] que o governo aprovou o número de vagas “que foi solicitado” pela Força Aérea” [...] afastando qualquer responsabilidade do governo na decisão da Força Aérea em excluir [...] 21 dos 69 candidatos ao curso de Sargentos [...]”. Ainda no mesmo artigo se pode ler “o que posso dizer é que aquilo que foi solicitado do ponto de vista das vagas foi concedido, por despacho das Finanças e também do Ministério da Defesa”, afirmou Azeredo Lopes, ao ser questionado pelo DN sobre um caso que os excluídos já colocaram em tribunal com a ajuda das associações de Oficiais, Sargentos e Praças. O governante, reconhecendo “o direito fundamental” dos excluídos “para recorrer aos tribunais”, considerou que “essa é uma questão que terá de ser mais diretamente colocada à Força Aérea”. “Estou a par [da situação] como qualquer pessoa que lê jornais. É exclusivamente esta a forma pela qual eu estou a par. O que posso dizer são duas coisas muito simples. Em primeiro lugar, aquilo que foi solicitado foi concedido do ponto de vista das vagas, em segundo lugar com certeza que a Força Aérea saberá lidar com este assunto”, sublinhou ainda o ministro.”

Se não fosse trágico seria cómico! Alguém de bom senso acredita que, em 28 de Fevereiro, o Chefe da Força Aérea tenha lançado o concurso para 70 vagas, à revelia ou às escondidas do Ministro da Defesa? Alguém acredita que o Chefe da FAP lançou o concurso com 70 vagas só porque lhe apeteceu? E perante este desplante, este negar de responsabilidades, este “sacudir a água do capote” por parte do MDN, o Chefe da FAP nada faz em defesa dos seus subordinados? Nem em defesa do seu próprio cargo? Nem em defesa do seu próprio nome? Foi este número de vagas

que o Chefe da FAP solicitou ao MDN? Ou foi este o número de vagas que o Ministro das Finanças impôs, ordenou ao MDN?

Mas infelizmente o folhetim não terminou! Num quadro em que o governo vem anunciar e assumir mais missões para a Força Aérea (e para as Forças Armadas), reduzem-se os seus Quadros Permanentes. Sem aprender com os erros do passado, mas apenas focados em gerir as Forças Armadas com princípios economicistas, sem preocupação com as suas exigências e características específicas, depois de cortar nas vagas para Sargentos dos Quadros Permanentes, publica-se o Aviso nº 1027/2017 de 6 de Setembro com, pasme-se, 95 vagas para o Concurso de Admissão ao Curso de Formação de Sargentos do Regime de Contrato da FAP 01/2017. Afinal sempre há necessidade de Sargentos na FAP! O que não há é vontade política de assumir a responsabilidade por uma carreira, por uma vida, pelas questões profissionais e sociais inerentes ao facto destes militares servirem como Sargentos dos Quadros Permanentes. O que há é a mesquinhez de querer ter a mesma mão de obra qualificada, mas a quem se paga menos e com quem se terá menos responsabilidades sociais, no presente e no futuro. Ou seja, abdica-se de integrar nos Quadros Permanentes quem já conhecia a organização, quem “já sabia da arte”, para se trazer para o seio da instituição o drama social da precaridade pois, como também foi publicado, estes Segundos-Furriéis em Regime de Contrato, para além de ganharem menos, só poderão ficar, “no limite”, durante seis anos.

Com esta forma de tratar quem se encontra nas Forças Armadas, ainda há quem se admire por haver dificuldades nos recrutamentos? A melhor publicidade é tratar decentemente quem se encontra a servir na instituição.

Tendo servido durante décadas na Força Aérea, é com profundo desgosto que tomo conhecimento deste tipo de situações. Acredito que ainda existem Homens que possam dizer “Basta!” e invertam o rumo para onde querem conduzir as Forças Armadas!

Leitor devidamente identificado ▲

## Protocolos ANS Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios propuserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for o caso, para tomarmos uma decisão adequada.

Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em [www.ans.pt](http://www.ans.pt) ou no Facebook em [www.facebook.com/ANSargentos](http://www.facebook.com/ANSargentos)

### NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

### ZONA NORTE:

### ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA
- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

### ZONA SUL:

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA
- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM “LIKE” NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM [WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos](http://WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos)

- CONSULTA TAMBÉM [WWW.ANS.PT](http://WWW.ANS.PT)

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA [CONTACTO@ANS.PT](mailto:CONTACTO@ANS.PT) ▲





*Na defesa de princípios e valores, 127 anos a fazer história.*

*Viva o «Dia Nacional do Sargento»!*

*Queiram ou não!*

*Comemorações em Lisboa - Casa do Alentejo  
03 de Fevereiro de 2018 - 10:00*



## CAMPANHA

**100 NOVOS SÓCIOS até 31 DE JANEIRO DE 2018**

O Artigo 46º (Liberdade de associação) da Constituição da República Portuguesa determina que:

“1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.”

Por sua vez, o Artigo 1º (Direito de associação) da Lei Orgânica nº 3/2001, de 29 de Agosto, A Lei do Direito de Associação Profissional dos militares refere que:

“1 - Os militares dos quadros permanentes em qualquer situação e os militares contratados em efectividade de serviço têm o direito de constituir associações profissionais de representação institucional dos seus associados, com carácter assistencial, deontológico ou sócio-profissional.”

E o Artigo 2º (Os direitos das associações) da mesma Lei Orgânica, define e determina que:

“As associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

a) integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e

grupos de trabalho constituídos

para proceder à análise de assuntos de relevante interesse

para a instituição, na área da sua competência específica;

b) ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados;

c) promover iniciativas de carácter cívico que contribuam para a unidade e coesão dos militares em serviço efectivo nas Forças Armadas e a dignificação dos militares no País e na sociedade;

d) promover actividades e editar publicações sobre matérias associativas, deontológicas e sócio-profissionais ou, mediante prévia autorização hierárquica, sobre assuntos de natureza exclusivamente técnica;

e) realizar reuniões no âmbito das suas finalidades estatutárias;

f) divulgar as suas iniciativas, actividades e edições nas unidades e estabelecimentos militares, desde que em local próprio disponibilizado para o efeito;

g) exprimir opinião em matérias expressamente incluídas

nas suas finalidades estatutárias;

h) integrar e estabelecer contactos com associações, federações de associações e organizações internacionais con-géneres que prossigam objectivos análogos.”

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no 1º Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974. A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de “Cidadãos em Uniforme”, e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Conscientes da especificidade da instituição militar e mesmo dos sacrifícios a ela inerentes, os Sargentos Portugueses não abdicam, no entanto, do seu direito inalienável a uma total cidadania, apenas restringida ao mínimo indispensável, quando e como necessário, permanecendo no restante como cidadãos de pleno direito a quem é reconhecido, entre outros, o direito de associação, de expressão e de representação, desde que estes não colidam com as componentes estratégicas, operacionais e disciplinares das Forças Armadas que se orgulham de servir e integrar.

Com a adesão da ANS à EUROMIL, em 1992/1993, deu-se mais um importante passo do Associativismo Militar Português, integrando-se no movimento associativo militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates! E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado. ▲

**Por isso, vamos participar e trabalhar na Campanha:  
“Mais 100 Sócios até ao Dia Nacional do Sargento, o 31 de Janeiro de 2018”!**

**LÊ, PARTICIPA,  
DIVULGA, O JORNAL**



**O SARGENTO**